



DA - COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E
CONTRATOS

INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO CLC 282/2025

CONTRATADA: Simone Maria Silva Magalhães, inscrita no CPF sob o nº 031.894.996-24.

VALOR: R\$ 1.058,18 (mil e cinquenta e oito reais e dezoito centavos).

OBJETO: Contratação da profissional Simone Maria Silva Magalhães para proferir a palestra *O consumidor digital: desafios do comércio eletrônico, inteligência artificial, proteção de dados e os golpes virtuais*, e participar da mesa-redonda *A atuação dos Procons e das entidades civis na proteção do consumidor*, durante o Simpósio Estadual *Os 35 anos do CDC e os desafios na proteção jurídica do consumidor em Santa Catarina*, previsto para ser realizado de forma presencial no dia 17 de novembro de 2025, no município de Florianópolis/SC.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74, III, f, da Lei nº 14.133/2021; Atos da Mesa nº 149/2020, 195/2020, 487/2017 e 257/2024 e eventuais alterações; Parecer da Procuradoria Jurídica nº 1096/2025 (2032926) e autorização da Diretoria-Geral por meio do Despacho (2011214) nos autos do processo que tramita no SEI sob o nº 25.0.000033701-6.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Subação 001155 – Modernização e manutenção da Escola do Legislativo; e Natureza da Despesa 33.90.36.13 – conferências, exposições, palestras, cursos e seminários, conforme se extrai do documento de Pré-Empenho.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O contrato decorrente desta Inexigibilidade terá vigência de 6 (seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da lei.

JUSTIFICATIVA: A presente contratação está enquadrada na hipótese prevista no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021, justificando-se pelos seguintes fundamentos:

1. Trata-se de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, conforme previsto no projeto apresentado;
2. A contratação recai sobre profissional de notória especialização, conforme demonstram os seguintes documentos constantes do processo:

- Projeto técnico (2006699);
- Documentação profissional (1982234);
- Nota Técnica nº 67/2025, emitida pelo Núcleo de Inclusão e Políticas Públicas - NIPP (2010788).

No que tange aos honorários, estes foram fixados com base no Anexo Único do Ato da Mesa nº 487/2017, com suas alterações posteriores, observando-se o título acadêmico da profissional e a carga horária, estimada em 1 (uma) hora-aula, ao valor de R\$ 705,87 por hora-aula à palestra e 01 hora-aula ao de R\$352,31 por hora-aula à mesa-redonda.

Adicionalmente, conforme descrito no projeto, a contratação justifica-se pelo interesse público envolvido, uma vez que a profissional se destaca, principalmente, por ser graduada Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 1998, e em Direito pelo Centro Universitário IESB, 2006; especialista em Ordem Jurídica e Ministério Público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (FESMPDFT), 2007, e em Direito do Consumidor e Magistério Superior pela Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes (LFG), 2010; e mestra em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), 2019. É advogada, assessora e consultora jurídica com mais de 17 anos de experiência, atuando de forma destacada em Direito do Consumidor desde 2006 e em Direito Regulatório de Alimentos desde 2016. É sócia-fundadora da Simone Magalhães Sociedade de Advocacia – OAB/DF nº 7637/23, e atua nacionalmente como Diretora da Comissão Permanente de Acesso à Justiça do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor (Brasilcon). Já ocupou os cargos de vice-presidente e presidente da Comissão de Direito do Consumidor da OAB/DF – Subseção de Taguatinga, e é membro da Comissão Permanente de Estudos de Direito do Consumidor do Instituto de Advogados de São Paulo (IASP). Pela segunda vez, integra o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD) do Ministério da Justiça, além de ter sido membro do Conselho de Administração do Fundo de Defesa dos Direitos do Consumidor (FDDC) do Procon/DF por dois períodos. Como docente, ministra aulas para concursos públicos, pós-graduações lato sensu e cursos de extensão, tendo preparado mais de 20 mil alunos. É palestrante em âmbito acadêmico, institucional e corporativo, ministra cursos para profissionais do setor de alimentos e realiza treinamentos para agentes de fiscalização de Procons e Vigilâncias Sanitárias. Atua como colaboradora jurídica da Rádio Justiça e da TV Justiça do Supremo Tribunal Federal (STF). Entre suas publicações, destaca-se o livro Rotulagem Nutricional Frontal dos Alimentos Industrializados: política pública fundamentada no direito básico do consumidor à informação clara e adequada, além de artigos científicos e coautoria em diversas obras jurídicas coletivas.

Autorização datada eletronicamente.

Alexandre Lencina Fagundes
Diretor da Escola do Legislativo

Carlos Alberto Leal
Coordenador de Licitações e Contratos

Homologação datada eletronicamente.

Leonardo Lorenzetti
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO LEAL, Coordenador de Licitações e Contratos**, em 13/11/2025, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE LENCINA FAGUNDES, Diretor da Escola do Legislativo**, em 14/11/2025, às 11:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO LORENZETTI, Diretor-Geral**, em 14/11/2025, às 12:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.alesc.sc.gov.br/verifica-assinatura> informando o código verificador **2035726** e o código CRC **FFF0A5FF**.